ESTADO, SOCIEDADE, POLÍTICAS PÚBLICAS E SISTEMA ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE TERESINA

STATE, SOCIETY, PUBLIC POLICIES AND SCHOOL SYSTEM IN THE MUNICIPALITY OF TERESINA

Teresinha Queiroz

Doutora em História pela Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Federal do Piauí, onde atua junto ao Departamento de História e ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil.

Resumo: O artigo analisa a formação e o desenvolvimento das políticas educacionais em Teresina, com ênfase no período de 1950 a 2000. O objetivo é apresentar as relações entre Estado, sociedade civil e agentes políticos que contribuíram para a estruturação do sistema educacional local, especialmente no contexto da municipalização do ensino. Destaca-se que o município desenvolveu um modelo de gestão educacional centrado na descentralização, na integração escola-comunidade e na avaliação de resultados, contribuindo para a superação de indicadores educacionais historicamente insatisfatórios.

Palavras-chave: História. Teresina. Políticas educacionais.

Abstract: This article analyzes the formation and development of educational policies in Teresina, with emphasis on the period from 1950 to 2000. The objective is to present the relationships between the State, civil society and political agents that contributed to the structuring of the local educational system, especially in the context of the municipalization of education. It is worth noting that the municipality developed an educational management model focused on decentralization, school-community integration and the evaluation of results, contributing to overcoming historically unsatisfactory educational indicators.

Keywords: History. Teresina. Educational policies.

Em meados dos anos 1950, quando o Brasil começava a viver a euforia desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitscheck, alguns processos interessantes e novos estavam em curso. Um desses processos, e de âmbito bastante geral era o da pesquisa quantitativa cada vez mais ampliada e executada por diferentes instituições tendo em vista o conhecimento aprofundado da economia dos Estados Nacionais, com vistas à formulação de políticas de desenvolvimento. Quantificar, planificar, desenvolver estavam no horizonte dos poderes públicos. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) formulavam os inquéritos e exibiam o ranqueamento econômico concernente às diferentes unidades da Federação¹. Viviam-se o apogeu das discussões, formulações, programas de desenvolvimento e também das disputas envolvendo o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), cujas políticas, já incorporadas por Celso Furtado, começavam a afetar a economia brasileira impactada fortemente pelas propostas de “Brasil Grande” postas em execução por Juscelino Kubitscheck².

Esses novos modos de olhar, avaliar, perquirir acerca das condições econômicas, sociais e dos níveis de desenvolvimento também afetavam o Piauí, inquietando e movimentando suas elites intelectuais e seus quadros dirigentes. Nos anos 1950, experimentávamos uma situação nova e desconfortável advinda da crise do extrativismo vegetal, que contribuíra fortemente para a sustentação da economia. As dificuldades que o governador Pedro de Almendra Freitas (1951-1955) conseguiu atravessar sem a completa consciência do novo lugar do Piauí no cenário nacional, já colocavam obstáculos mais fortes a Jacob Manoel Gayoso e Almendra (1955-1959)³, desfavorecendo a continuidade do grupo político-familiar que se instalara no poder ao tempo da redemocratização e ao sabor do fracasso do governo Rocha Furtado⁴.

O Piauí tomou seu choque de realidade por volta de 1954-1955. Com o diagnóstico e a avaliação das então chamadas Contas Nacionais, verificou-se que ocupávamos o último lugar entre os estados do Brasil em todos os índices apresentados. São Paulo e o Piauí tornam-se então os antípodas da situação econômica brasileira, e o Piauí ganhou visibilidade com o seu 0,5% do PIB nacional, índice do qual quase nunca se afastou⁵.

Sem embargo do desconforto nacional face aos indicadores mundiais, e das grandes e novas dificuldades econômicas do país, prevalecia o discurso otimista e grandiloquente do

---

1. SANTANA, R. N. Monteiro de. *Introdução à problemática da economia piauiense*. Teresina: Centro de Pesquisas Tecnológicas do Piauí, 1957. p. 41-66.

2. MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003. p. 175-197.

3. Jacob Manuel Gayoso e Almendra nasceu em 1889 em Teresina, e faleceu em 1976 na mesma cidade. Atuou como militar, historiador e político. Foi deputado estadual, presidente da Assembleia Legislativa, secretário da Fazenda e governador do estado. Integrante da Academia Piauiense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense. GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado: 1549-2001*. Teresina: Halley, 2003. p. 31.

4. José da Rocha Furtado nasceu em União em 1909. Formado em medicina, foi eleito governador do estado pela União Democrática Nacional (UDN) em 1947. Pertenceu à Academia Brasileira de Medicina Militar e à Academia Cearense de Medicina. FUNDAÇÃO CEPRO. *Governadores do Piauí: uma perspectiva histórica*. Teresina, 1993. p. 129-138.

5. SANTANA, 1957, p. 41-66.

governo Juscelino.

No Piauí, e muito particularmente em Teresina, os anseios pelo desenvolvimento e a consciência crítica de nossas dificuldades resultaram não somente em rupturas de natureza política – como a eleição de Chagas Rodrigues⁶ para a sucessão de Jacob Gayoso – mas sobretudo em dois movimentos coetâneos e convergentes: de um lado, um grande esforço da sociedade civil, de instituições como a Igreja Católica e do próprio Estado no sentido de interferir por meio da educação; e, por outro lado, mobilização do poder público na construção de uma infraestrutura mínima e básica para alavancar o desenvolvimento⁷.

No primeiro aspecto é possível realçar a criação da Faculdade de Filosofia (FAFI), em 1958, e para cuja consecução convergem vários interesses; a instituição do movimento cenequista à mesma época e, um pouco mais adiante, uma profusão de pesquisas e diagnósticos que confirmavam o já sabido: a alta e vergonhosa taxa de analfabetismo do Piauí⁸.

No segundo aspecto, mobilização do poder público e de seus gestores que culminou com a criação da Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado do Piauí (CODESE), da Empresa de Águas e Esgotos do Piauí S. A (AGESPISA), da Centrais Elétricas do Piauí S. A (CEPISA), do Frigoríficos do Piauí S. A (FRIPISA), da Companhia de Distritos Industriais do Piauí (CODIPI) e de muitos outros organismos e instituições voltados para a meta de desenvolver o estado.

A segunda metade dos anos 1950, no Piauí, foi um tempo de ebulição juvenil e de inconformismo que trouxe para a cena pública personagens que se tornaram extremamente importantes para os rumos do estado e da cidade de Teresina nas décadas subsequentes.

Pensando com as mãos, encontramos toda uma geração que está implicada no planejamento público e nos interesses educacionais. Pontificam na Faculdade de Direito e na recém-fundada FAFI, como professores e como gestores: Clemente Fortes, R. N. Monteiro de Santana, M. Paulo Nunes, Camillo Filho⁹. Nesses anos, jovens políticos iniciam suas trajetórias, como Petrônio Portella¹⁰, deputado estadual e em seguida, prefeito e governador (1962-1965), e Wall Ferraz, vereador por dois mandatos e após, vice-prefeito de Teresina, todos, de certa maneira sintonizados com essas frações de juventude envolvidas nos poucos espaços públicos e institucionais da época.

O Piauí é o grande tema, o maior interesse e a visível preocupação de muitos deles.

---

6. Francisco das Chagas Caldas Rodrigues nasceu em Parnaíba em 1922. Formado em Direito pela Universidade de São Paulo, foi professor da Universidade de Brasília, governador do Piauí (1959-1962) e deputado federal. Com o Ato Institucional nº 5, teve seu mandato e seus direitos políticos cassados por 10 anos. GONÇALVES, 2003, p. 345-346.

7. CARVALHO, Sônia Maria dos Santos. *O bispo de todos os tempos: uma biografia de Dom Avelar Brandão Vilela*. Timon: Editora Aliança, 2013.

8. FARIAS, Vanessa Soares Negreiros. A trajetória de um homem-cultura. In: QUEIROZ, Teresinha (Org.). *Conversas com M. Paulo Nunes*. Teresina: Academia Piauiense de Letras; EDUFPI, 2012. p. 115-119. (Coleção Centenário, 5).

9. FARIAS, 2012, p. 115-119.

10. Petrônio Portella Nunes nasceu em Valença do Piauí em 1925, e faleceu em 1980 em Santa Catarina. Bacharel em Direito pela Universidade do Brasil. Na política, foi eleito prefeito de Teresina, deputado estadual e senador. Em 1979, foi nomeado pelo general Figueiredo ministro da Justiça, cargo que ocupou até a morte.

Um indicador bastante eloquente das preocupações, dos estudos e das propostas é a revista *Econômica Piauiense*, fundada em 1957 por Petrônio Portella e R. N. Monteiro de Santana, nos moldes da *Econômica Brasileira*, dirigida por Celso Furtado. Em 12 edições, seus redatores e colaboradores mapearam as condições e as potencialidades de um considerável número de municípios piauienses, bem como propuseram soluções para as questões mais candentes e limitadoras do desenvolvimento do Piauí, como energia, estradas, educação, agricultura, pecuária, infraestrutura, equilíbrio das contas públicas, etc. Colaboravam na revista expressivas figuras do meio econômico e político como Ocílio Lago, Petrônio Portella, R. N. Monteiro de Santana, Odilon Nunes, H. Dobal e Raimundo Veloso. Os primeiros anos do governo de Chagas Rodrigues foram anos de esperanças e de convergência de interesses em torno do desenvolvimento estadual.

A educação era um daqueles problemas e para ele convergiam o trabalho de instituições e a dedicação de pessoas. O Piauí e Teresina eram vergonhosamente pouco alfabetizados. As demandas por educação, sobretudo por educação popular, já eram fortes nos anos 1950, inclusive no interior dos movimentos organizados, como o das Ligas Camponesas. Havia igualmente a disseminação dos ginásios da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), e a Igreja se movimentava no sentido de também contribuir nessa direção. O governo federal começava a descentralizar o ensino secundário e incentivava o ensino primário.

No início dos anos 1960, há maior movimentação nesse sentido, com o envio de pessoas para serem treinadas como técnicos da educação, no Brasil e no exterior, a exemplo de M. Paulo Nunes, que foi para os Estados Unidos e para Porto Rico¹¹. Tempo do programa CADES e das políticas de qualificação de professores, quase todos leigos, e, no Piauí, da criação dos Conselhos – o de Cultura e o de Educação, por Petrônio Portella. O governo estadual, especialmente por meio da Comissão de Desenvolvimento Econômico (CODESE) – sua instituição de planejamento – esquadrinhava o Piauí para conhecer a situação dos municípios, inclusive quanto à educação. Wall Ferraz, na condição de técnico da CODESE, torna-se conhecedor desse quadro de miséria e, em vista de seu amplo domínio sobre esse setor, credenciou-se para, um pouco mais tarde, ocupar a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC), na primeira gestão Alberto Silva (1971-1975)¹², de onde comandou a implantação da reforma do ensino de 1971 – a da Lei 5692/71. Tempo de uma multiplicidade de ações e desafios impostos por um governo autoritário e centralizador do ponto de vista político e com uma ambiciosa pretensão de desenvolvimento também por meio da educação. Ao mesmo tempo, os níveis de ensino estavam sendo redistribuídos pelos entes federados, embora os recursos se concentrassem nos estados até os anos 1980 e houvesse uma indiscutível subordinação das políticas e das ações municipais¹³.

---

11. NUNES apud QUEIROZ, 2012, p. 67.

12. Alberto Tavares Silva nasceu em Parnaíba em 1918, e faleceu em 2009 em Brasília. Formado em Engenharia Civil, atuou no quadro de engenheiros da estrada de ferro do Piauí e na política. Prefeito de Parnaíba, deputado estadual, deputado federal, governador do Piauí e senador. FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. *O recinto do elogio e da crítica: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2015.

13. EDUCAÇÃO debaterá domingo municipalização do ensino. *O Dia*. Teresina, ano 35, 3 mai. 1986, p. 2; ELABORADO documento sobre municipalização do ensino. *O Dia*. Teresina, ano 35, nº 8104, 6 mai. 1986, p. 2;

A experiência de Wall Ferraz na SEDUC não se beneficiou apenas do conhecimento angariado na CODESE, ou mesmo na docência, que era por ele exercida. Como vice-prefeito de Teresina na gestão Hugo Bastos (1963-1966), as preocupações com a educação municipal já eram de molde a que fosse instituída, em 1966, a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Saúde Pública. A Divisão de Ensino da referida Secretaria tinha como desafio principal o ensino rural – que era de obrigação do município, procedendo à construção de escolas e à ampliação do número de salas de aula¹⁴. Entretanto a quantidade de alunos atendidos ainda era muito pequena.

No contexto, é possível observar que aqueles sujeitos oriundos da FAFI e da antiga Faculdade de Direito do Piauí (FADI) já se apresentavam como uma geração de educadores com vontade de alterar o cenário do Piauí e considerando a educação a magna questão nacional. Esses sujeitos ocupavam os espaços de poder nos quais suas propostas poderiam encontrar abrigo – governo do estado, secretarias estaduais, Conselho Estadual de Cultura, Conselho Estadual de Educação, docência nas faculdades existentes e compartilhavam o sonho da instituição da Universidade Federal do Piauí – sonho para o qual houve uma convergência de interesses e vontades em diferentes níveis – composição entre as faculdades existentes, o governo estadual e a representação local do MEC, simpatizantes no Ministério da Educação e Cultura, políticos expressivos do Piauí, Igreja capitaneada por Dom Avelar, os docentes da FAFI¹⁵.

O interesse pelo planejamento público vindo dos anos 1950 e que era uma das balizas para a transformação do Estado Brasileiro que se pretendia cada vez mais forte a partir daquela década, culminou, no Piauí, com a transformação da CODESE em Secretaria de Planejamento do Estado (SEPLAN). Essa secretaria, com a Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO) e o Instituto Piauiense de Administração Municipal (IPAM) transformaram-se nos espaços de planejamento e pesquisa diagnóstica sobre o Piauí, com o sentido de gerar dados consistentes para assessorar e dirigir as ações públicas. Nesse conjunto de informações que se constituiu em notável base de dados sobre o Piauí, sobrelevam também as pesquisas sobre a educação, apontando seus expressivos e inegáveis limites. Prefeito de Teresina indicado a partir de 1975, Wall Ferraz se beneficia desse conjunto de informações para orientar sua gestão, e, mais adiante, em seu segundo mandato, de 1986 a 1989, agregou parte daquela massa crítica da SEPLAN a seu quadro de auxiliares, casos de César Fortes e George Mendes.

Dessa maneira, é possível perceber que várias linhas convergem para as soluções, mesmo quando precárias, e para o desenrolar de processos relativos à história da educação no município de Teresina. Embora pare sobre esta narrativa a trajetória de um sujeito que se insurge – o sujeito Wall Ferraz –, nesses cruzamentos encontram-se um Estado Nacional que procura se fortalecer e ganhar espaços, às vezes de forma pouquíssimo democrática; a natureza

---

MEC municipaliza merenda escolar. *O Dia*. Teresina, ano 35, nº 8125, 3 jun. 1986, p. 5; EURIVAN Sales é a favor da municipalização do ensino. *O Dia*. Teresina, ano 35, nº 8234, 8 out. 1986, p. 2.

14. PREFEITURA vai construir unidade escolar rural. *O Estado*. Teresina, nº 890, 13 nov. 1975, p. 1; WALL instala 1º grau nos bairros. *O Dia*. Teresina, ano 35, nº 8095, 24 abr. 1986, p. 3; WALL inaugura escola de 2º grau no dia 7. *O Dia*. Teresina, ano 35, nº 8081, 5 abr. 1986, p. 2.

15. FARIAS, 2012, p. 115-119.

do planejamento público, de suas metas e formas de acontecer nas diferentes instâncias; as políticas de desenvolvimento do Brasil na relação com os sistemas de crenças quanto a elas. Não é sem significado a apropriação, no sentido de internalização pelos sujeitos, dessas diferentes políticas e como elas rebatem sobre a atuação das elites dirigentes nos anos 1950 e 1960, face aos impactos avassaladores do movimento de 1964, com seus novos direcionamentos sociais e os não tão novos procedimentos e impedimentos políticos. Entre rupturas e embaraços, é possível vislumbrar um fio de continuidade nas políticas educacionais aqui implementadas e operantes, mesmo que muitos projetos e desejos tenham ficado no meio do caminho. E essas linhas que se preservam são “fios” dos anos 50 costurados nas experiências da FADI e da FAFI, no calor das pressões sociais e populares abafadas pelo movimento de 1964 e sobretudo pelas ações convergentes de pessoas que ocupam os poucos espaços institucionais existentes e criados quase na totalidade pelos mesmos sujeitos.

No que diz respeito às competências educacionais ao longo dessas décadas, especialmente dos anos 1960 até os meados dos anos 1980, alguns delineamentos estavam em curso em Teresina: desde os anos 1970, processo de municipalização da educação lenta, mas sem interrupções, aproveitando as brechas possíveis da legislação¹⁶; simbiose Estado/Município até meados dos anos 1980; posição mais imperativa e resoluta de Wall Ferraz nos meados da década de 1980, quase que gritando liberdade e independência para o ensino municipal.

Evidentemente que a legislação já favorecia o município com a educação fundamental, mas a obediência aos regramentos andava a passos lentos. Deve ser lembrado que havia uma divisão de responsabilidades quanto à educação entre o governo federal, o estadual e o municipal, mas os estados, especialmente na vigência dos governos militares, concentravam a recepção de recursos e eram responsáveis por repassá-los para os municípios. De maneira progressiva, a legislação federal vai possibilitando aos municípios, mediante o preenchimento dos requisitos legais e organizacionais, o acesso direto ao financiamento educacional.

Se os anos 1970 são anos de contenção política e as formas de sobrevivência de pessoas e instituições são atravessadas, ora pelo silenciamento, mas quase sempre pela cooperação e pelas negociações, no Piauí esse momento é vivido, no âmbito das políticas educacionais, como um período de certa harmonia entre as instâncias de poder: Dirceu Mendes Arcoverde¹⁷ no governo estadual; Wall Ferraz, seu cunhado, na prefeitura de Teresina. Movimentos sociais e demandas organizadas relativamente silenciadas e controladas. Durezas do regime de exceção. As associações profissionais, os sindicatos laborais, os movimentos de estudantes, as vozes dos descontentes só irão ecoar com mais força a partir de 1979. Os anos 1980 é que são os anos frementes: explosão dos movimentos sociais com suas demandas organizadas e tagarelas, os sindicatos verberando suas propostas, a inflação ganhando cada vez mais força, crise econômica sem paralelo, desemprego desesperador, movimentos sociais contra tudo, inclusive

---

16. EDUCAÇÃO debaterá [...], 1986, p. 2; ELABORADO documento [...], 1986, p. 2; EURIVAN Sales é [...], 1986, p. 2; SECRETÁRIOS vão discutir municipalização do ensino. *O Dia*. Teresina, ano 35, nº 8099, 29 abr. 1986, p. 2.

17. Dirceu Mendes Arcoverde nasceu em Amarante (PI) em 1925, e faleceu em Brasília em 1975. Formado em medicina pela Universidade do Brasil, atuou como médico, político e professor da Universidade Federal do Piauí. Foi eleito de forma indireta para governar o Piauí em 1974. GONÇALVES, 2003, p. 41.

a carestia, greves sucessivas e frequentes, o povo na rua, os estudantes em marcha¹⁸.

No silêncio e sem muita repercussão pública, as mudanças vão acontecendo na educação, no Piauí e em Teresina. Com a abertura política, novas correlações de forças e a necessidade de refazer-se o pacto federativo. Pressões pela Constituinte. Nova Constituição. O Estado foi obrigado a conversar com as ruas e a ouvir os novos sujeitos que se pretendiam cidadãos. Na educação, demanda e exigência de municipalização, descentralização, financiamento direto, autonomia de gestão. Não que isso tenha ocorrido de maneira retilínea e nessa direção: a legislação brasileira estabeleceu formas de descentralização mediante adaptação, obediência e assunção das políticas preconizadas. Estados e municípios que conseguiram se ajustar e atender às novas regras puderam se beneficiar de forma mais adequada dos recursos e desses novos modos de ter acesso a eles, como foi o caso de Teresina¹⁹.

Os anos 1970, no Brasil e no Piauí, são marcados por ações potencialmente causadoras de impactos socioeconômicos fortes, bem como por discursos eufóricos acerca da potência brasileira. Constrói-se, seguramente, uma nova narrativa da Nação e uma nova narrativa do Piauí²⁰. Entretanto, para além da ruidosidade das ações públicas, trata-se da década de maior exacerbamento das tensões e das compressões políticas, bem como de um tempo em que os desafios para a sobrevivência face aos pesos das institucionalidades exigiram novas habilidades e a elaboração permanente de formas criativas de trânsito político. No Piauí, essas habilidades foram exercidas de maneira a compor-se um quadro em que à largueza dos recursos públicos aliava-se retumbante oratória que saturava a alguns e contentava a muitos. A gestão Alberto Silva configurou essa exponenciação. O discreto governo de Dirceu Arcoverde, a despeito de operoso e de constituir-se continuidade do anterior, não teve a mesma ressonância. Entretanto, é possível sugerir que, no geral, vigorou uma arquitetura política no possível harmoniosa entre os setores públicos estaduais, municipais e órgãos de representação coletiva – caso da APEP²¹.

No que diz respeito à educação e mais particularmente à educação em Teresina, as ações e os benefícios eram oriundos sobretudo da ação do Estado. Assumindo a prefeitura em 1975, Wall Ferraz modificou a estrutura anterior conferindo autonomia administrativa à educação municipal, com a Secretaria de Educação e Cultura agora desligada da Saúde Pública. Aproximou-se dos antigos colegas do Liceu Piauiense e investiu no que era possível face à reduzida autonomia da prefeitura. Voltou-se para o ensino rural e para a educação de adultos, estabelecendo convênios com a Coordenação Estadual do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) para qualificar alfabetizadores e atender a milhares de analfabetos tanto da zona urbana quanto da zona rural²². Deve ser lembrado que os grandes desafios da época eram os vergonhosos índices de alfabetização, a reduzidíssima presença de professores qualificados, a carência de escolas e de materiais, a evasão escolar, os baixos salários dos professores,

18. MONTEZUMA, Kléber. *Movimento de professores e cidadania: o movimento dos professores da APEP e a construção de uma nova cidadania em Teresina: 1978/82*. Teresina: HALLEY, 1996.

19. MONTEZUMA, Kléber. *Círculo de giz: educação sem adjetivos*. Teresina: Zodíaco, 2009.

20. FONTINELES, 2015.

21. MONTEZUMA, 1996.

22. PREFEITURA vai construir unidade escolar rural. *O Estado*. Teresina, nº 890, 13 nov. 1975, p. 1.

a inexistência de planos de carreira e de qualificação bem definidos e, por último, mas não menos importante, o domínio técnico e político dos procedimentos, cada vez mais específicos, de acesso aos recursos federais advindos de programas como o Salário- Educação. Deve ser lembrada a fortaleza do governo federal na concentração dos recursos públicos, que o governo do estado era o mediador e o principal responsável por essa alocação e que as responsabilidades pelos diferentes níveis de ensino estavam sendo progressivamente repactuadas, mas os caminhos para a distribuição das fontes de financiamento eram mais ásperos que a legislação. Dito de outro modo, as municipalidades estavam atreladas aos governos estaduais e buscavam conquistar mais autonomia na administração de seus espaços e na gestão dos recursos públicos. Se, de um lado, Wall Ferraz está confortável com o cunhado governador, por outro, a expressão do município ainda é pequena face à centralização federal e às responsabilidades do governo estadual.

É notável a ebulição em Teresina na década de 1970 e o modo como foram contemplados todos os níveis do ensino: MOBRAL, Ensino Supletivo, instalação da UFPI, expansão do quadro de professores, qualificação de docentes em todos os níveis, convênios com a UFPI para os cursos superiores de férias, - os parcelados - liberação dos universitários de parte da carga horária para a realização de seus estudos, contratação de vagas em escolas particulares para os “excedentes” da rede escolar pública. Não deve ser esquecido que os investimentos discursivos e midiáticos da época reforçavam, e com muito sucesso, um sistema de crenças que começava a prevalecer no Brasil – a crença na educação como intervenção pública (e familiar) de resultados permanentes e capaz de levar o país ao tão desejado desenvolvimento. A criança, sobretudo, torna-se o futuro da Nação. Ao lado da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) que comanda e decide, atuava o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que às vezes verberava em outra direção. Do ponto de vista das potenciais lideranças oposicionistas, o principal grupo organizado – a APEP – teve seus dirigentes contemplados com espaços importantes, como a direção do Liceu – e somou forças nesse momento de inegável contenção política e atuante censura, mas de grande movimentação nas instituições educacionais. O protagonismo, entretanto, ainda é do governo estadual, que realiza e orquestra a política educacional da época.

A abertura política a partir de 1979 mudará fortemente esse quadro. Um dos artífices principais dessa abertura – Petrônio Portella – liderança maior da ARENA no Piauí, já era, à época, um desafeto de Wall Ferraz. A partir daí e por toda a década de 1980, muda o Estado Brasileiro, mudam suas relações com a sociedade civil sob a batuta dos movimentos sociais, com suas demandas organizadas. Associações profissionais, movimentos de trabalhadores, sindicatos exigem modificações no papel e no tamanho do Estado – obrigam-no a crescer mais, agora na direção das diretrizes e das necessidades sociais, sem embargo também das exigências quanto aos direitos civis. O Estado é obrigado a conversar com a sociedade civil e a ouvir as vozes das ruas. Tagarelam fortemente operários, estudantes, donas de casa, moradores de periferia, professores. Novas correlações de forças e novo pacto federativo são exigidos também pela classe política, sobretudo os gestores. Caminha-se com passos variados rumo à descentralização das competências e da execução das práticas públicas, demanda-se melhor

distribuição de recursos entre a União, os estados e os municípios, os governantes são cada vez mais instados a prestar suas contas à Nação. Descentralização, municipalização, diretas já culminam na Constituinte, o momento primacial de tentativa de equalização das tensões políticas mais prementes. A Constituição de 1988 torna-se um marco de esperança e de alento face aos sofrimentos da Nação nas décadas anteriores.

No Piauí e em Teresina, a educação em todas as instâncias e níveis foi objeto de interesses, de disputas, de proposições diversas e de exacerbação de tensões. A APEP exercera sua função quase que de forma solitária no passado. Os atores principais dos anos 1980 são os movimentos dos estudantes universitários e os novos partidos políticos que resultam da ruptura com o bipartidarismo. As vozes estudantis cada vez mais se confundem com e transportam os desejos e as imposições das agremiações partidárias. Surgem novos sujeitos, novas lideranças, novos modos de relacionamento com as instituições e a sociedade. PMDB, Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Comunista do Brasil (PC do B) catalisam e conduzem esses interesses, quase sempre juvenis. Ocorrem as aproximações especialmente no âmbito da UFPI, em cujo Departamento de História se encontra Wall Ferraz desde o momento em que se esgotara a sua gestão na prefeitura. Encontro cantado e “encantado” na memória de muitos estudantes da época²³. Aproxima-se ele sobretudo das lideranças dos Diretórios Acadêmicos e de professores dos Departamentos de Letras e de Economia. O primeiro, um fio muito vigoroso da FAFI, onde Wall estudara e fora professor. O segundo, ocupado por jovens e reconhecidos técnicos da SEPLAN e da Fundação CEPRO, alguns trazidos por Alberto Silva em seu primeiro governo. Prefeito de Teresina pela segunda vez, de 1986 a 1989, tomou parte desses militantes e professores como seus auxiliares, iniciando aí um processo de qualificação na prática e de formação de um grupo de gestores especiais da cidade. Criou um núcleo concentrador de saber/poder quanto aos aspectos da gestão urbana. À frente da Secretaria de Educação do município, colocou Eurivan Sales Ribeiro. Ao aproximar-se cada vez mais das jovens lideranças estudantis e dos sindicatos dos professores, andava para a esquerda e desta forma constituía uma rede política tendo como base o encontro das antigas e das novas demandas sociais, sindicais e políticas com os possíveis da conjuntura em rápida mutação no Brasil.

Ao longo da terceira gestão de Wall Ferraz frente à prefeitura de Teresina (1993-1995), já se consolidara o modo de governar que se tinha instaurado desde os anos 1980. As prioridades que instituía na administração da cidade desde as décadas anteriores continuaram a orientar sua governança. Infraestrutura urbana, calçamento, saneamento, saúde, habitação e educação. No que diz respeito à Secretaria de Educação, o professor José Reis Pereira, titular da pasta, fora acionado do grupo da UFPI que se formara junto a Wall na passagem dos anos 1970 para os anos 1980. Avançado o processo de autonomia institucional, modificadas as regras do financiamento da educação, com o processo contínuo de descentralização dos recursos públicos, pôde a gestão contemplar mais fortemente aspectos fundantes das práticas escolares – as preocupações voltam-se para as definições dos conteúdos escolares nas diferentes disciplinas. As discussões mais recorrentes contemplaram o currículo, sua reformulação e implantação.

---

23. FONSECA NETO. Raimundo Wall Ferraz. In: *Wall Ferraz: o homem e o estadista*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. p. 156-161.

Os trabalhos foram consubstanciados no documento Proposta Curricular do Ensino Fundamental, de 1995, aliás, proposta elaborada em 1991, Guiomar Passos à frente da SEMEC e implantada experimentalmente a partir de 1992²⁴.

Na segunda metade dos anos 1990, primeiro mandato do prefeito Firmino da Silveira Soares Filho (1997-2000), é possível afirmar que o eixo principal da gestão da educação municipal era o da integração Escola-Família-Comunidade. Essas instâncias são chamadas a trabalhar de maneira conjunta. O projeto Escola-Família sintetiza a parceria buscada entre a escola e a comunidade e se reconhece que é cada vez mais necessária a pactuação entre essas instâncias. Ao mesmo tempo, estão ocorrendo modificações nos “sistemas de crenças”: a educação é cada vez menos vista e dita como mera obrigação do Estado, tendo a sociedade como receptáculo. A ênfase agora é em uma nova forma de relacionamento, participativo e integrado, a família mediando as relações escola-comunidade, com audição e intervenção no sentido de qualificar e ajustar a ação escolar aos interesses sociais.

Esse projeto de aproximação escola-comunidade vai ser aprofundado na segunda gestão de Firmino Filho (2001-2004), com o secretário Kleber Montezuma na SEMEC. Durante boa parte dos anos 2000, é possível afirmar que a centralidade da administração foi conferida ao aperfeiçoamento dos processos pedagógicos com a busca da melhoria do rendimento escolar. A ênfase nas dimensões pedagógicas pode ser vista a partir das questões-problemas que definiram a intervenção nas escolas – qualidade do ensino, reprovação, repetência, distorção idade-série, incentivos à melhoria do rendimento dos alunos e dos índices escolares pela política de ranqueamento das escolas, além de treinamentos dos gestores e da submissão das escolas a processos de avaliação externa. Já estávamos sob a legenda do Planejamento Estratégico que vai marcar, nessa primeira década do século XXI, os processos de elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas educacionais. Nas escolas, os projetos pedagógicos aparecem como vetores de incentivo à melhoria do desempenho escolar e como tentativas de superação dos maus índices que haviam marcado as décadas anteriores²⁵.

Como visto, em paralelo às transformações políticas vivenciadas nas décadas de 1960 a 1980, entre o silêncio imposto pela censura e os rumores que se vão transformando em tagarelice coletiva de audição obrigatória, entre a opressão e a intempestividade das ações nas ruas – seguem seus passos, ora lentos, ora mais largos, os processos de autonomia e municipalização progressiva do ensino nos níveis fundamentais e a democratização da escola, demandas que se insurgiam desde os anos 1970 em instituições de representação como CERMAP e APEMOP/APEP, e também expressas pelas municipalidades, a exemplo de Teresina. No âmbito das exigências por democratização da escola, soblevam na pauta as eleições diretas para diretores e vice-diretores, objeto das pressões sindicais em diferentes momentos²⁶.

Em décadas recentes observa-se abrangência cada vez maior das políticas educacionais e a qualificação de suas práticas, que incluem a sistemática avaliação das medidas adotadas.

---

24. PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. *Proposta curricular do ensino fundamental*. Teresina, 1995.

25. MONTEZUMA, 2009.

26. ELEIÇÕES para diretores de escola. *O Dia*. Teresina, ano 35, nº 8013, 8 jan. 1986, p. 10; EURIVAN diz que eleições nas escolas será em junho. *O Dia*. Teresina, ano 35, nº 8049, 21 fev. 1986, p. 7.

Alguns processos têm maior visibilidade, dentre eles, a assunção das responsabilidades do município para com a oferta do ensino infantil e pré-escolar, embora ainda buscando atingir a meta já alcançada quanto ao ensino fundamental – a universalização. Do ponto de vista dos quantitativos dos alunos contemplados pelo ensino municipal, os números são expressivos²⁷. Devem ser destacadas também algumas formas de integração escola-comunidade e as modalidades de incentivo à melhoria do ensino a partir de atividades como os Jogos Municipais, as Feiras do Conhecimento²⁸, os Concursos de Redação, as Olimpíadas Escolares e o programa Universidade ao Alcance de Todos. Todas essas formas e práticas educativas solicitam a integração entre alunos, professores, pedagogos e gestores, participação da família, inserção da escola na comunidade. O poder público municipal, atendendo preceitos legais e construindo a cidadania através da educação, alcança diferentes níveis etários, alargando-se na direção das idades da pré-escola e voltando-se para a preparação de pessoas com menos recursos para concorrer às vagas universitárias, e mesmo colaborando na inserção qualificada para o mundo do trabalho.

O modelo de intervenção pública municipal através da educação apresenta uma perspectiva muito republicana como vetor político e guarda notável continuidade para com as experiências testadas e aprovadas ao longo dos anos. Os resultados têm sido a superação dos índices insatisfatórios do passado e o reconhecimento público – local e nacional – de que o dever de casa em Teresina está sendo feito. Os desafios são seguramente muitos, como bem reconhecem os próprios administradores da cidade ao projetar seu futuro – levar educação de qualidade para todos: mais pré-escolas, mais infraestrutura, menos distorção idade/série, jovens e adultos com mais acesso à alfabetização, uso de novas tecnologias educacionais, ensino cada vez melhor, serviços educacionais bem avaliados sobretudo para responder às necessidades mais prementes da população de Teresina. Isso faz parte dos nossos sonhos, mas os sonhos também são feitos pelas mãos. Pelas mãos de todos.

---

27. PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA, 2016; PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA. *Prestação de contas, 2010*. Teresina, 2010.

28. CONSTRUINDO CONHECIMENTO. Teresina, 2003.